

**O USO DE ADVÉRBIOS LOCATIVOS:
UMA ABORDAGEM MORFOSSINTÁTICA E SEMÂNTICA**

Adriana Castro Xavier (UESC)

dicadecastro@hotmail.com

Gessilene Silveira Kanthack (UESC)

gskanthack@yahoo.com.br

RESUMO

Este trabalho tem como proposta apresentar algumas reflexões sobre advérbios locativos à luz de pressupostos funcionais, no intuito de confirmar que, em situações reais de uso, esses advérbios, diferentemente do que é descrito em gramáticas de orientação normativa, desempenham um comportamento multifuncional, requerendo assim um tratamento sistemático de propriedades que envolvem seu caráter morfofossintático e semântico. Para tanto, basearemos em descrições apresentadas, por exemplo, por Neves (2000) e Castilho (2014), os quais mostram inúmeras propriedades que envolvem os advérbios de modo geral. Quanto aos locativos, são demonstradas propriedades que colocam em xeque pressupostos tradicionais. Espera-se que as reflexões possam contribuir para as pesquisas de cunho linguístico bem como para a prática docente do professor de língua portuguesa, no que se refere, particularmente, ao ensino do advérbio, uma classe que deve ser compreendida como sendo de natureza heterogênea.

Palavras-chave:

Advérbios locativos. Funcionalismo linguístico. Morfofossintaxe. Semântica.

1. Introdução

O estudo de uma determinada língua, realizado a partir de situações reais de uso, nos possibilita compreender que ela é dinâmica e se adapta às necessidades comunicativas dos falantes. Uma das correntes linguísticas que defende esse pressuposto é a linguística funcional, que salienta a importância de compreender que a linguagem não se estabelece como um fenômeno isolado, mas está atrelada a vários propósitos do homem, entre os quais está a interação verbal. Assim, conforme Neves (2001, p. 15), nessa abordagem, ganha lugar a chamada competência comunicativa, “a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória”.

O caráter heterogêneo da língua, a qual se molda às práticas sociais, pode ser observado no uso efetivo dos advérbios de língua portuguesa, os quais, no entanto, são apresentados na gramática tradicional, co-

mente, como modificadores/predicadores de um verbo, de um adjetivo ou de um outro advérbio. A respeito dessa descrição, Castilho (2014) enfatiza que a mesma não dá conta de muitos casos, já que, em situações concretas de uso da língua, o advérbio apresenta-se flexível, adequando-se aos propósitos comunicativos dos interlocutores. Nesse processo, o advérbio passa a desempenhar propriedades diversas: no âmbito sintático, o advérbio pode ter domínio sobre outros constituintes, além daqueles que normalmente são elencados, pode atuar numa sentença sem necessariamente ter escopo sobre algum constituinte; no âmbito semântico, pode desempenhar várias funções não previstas na descrição tradicional.

Ancorados em estudos linguísticos de base funcionalista, e reconhecendo a natureza multifuncional dos advérbios, apresentamos neste artigo uma análise linguístico-descritiva de advérbios locativos, destacando propriedades de natureza morfossintática e semântica. Para subsidiar nossa análise, apresentamos, inicialmente, alguns pressupostos funcionalistas, e, depois, com base em Neves (1993; 2001) e Castilho (2014), discutimos sobre o comportamento do advérbio locativo bem como as funções que ele desempenha em situações concretas de uso.

Esperamos que o referido estudo sirva para promover reflexões sobre o tratamento que é dado aos advérbios locativos, contribuindo de forma significativa para as pesquisas de cunho linguístico que procuram confirmar a necessidade de se reconhecer a natureza heterogênea e funcional de uma língua. Essa visão heterogênea da língua aliada a um estudo teórico visa contribuir, também, para a prática docente do professor de língua portuguesa, no que se refere, em particular, ao ensino de questões gramaticais, que, muitas vezes, é direcionado por uma postura pedagógica que aceita apenas os conceitos e regras apresentados nas gramáticas de orientação normativa.

2. *Funcionalismo linguístico e gramática funcional*

A língua como fator social, determinada como parte essencial da linguagem, é apresentada por Saussure (2006, p. 21) como

um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo.

Ao constitui-la como objeto de estudo da linguística, Saussure

(2006) não contempla os aspectos extralinguísticos bem como o papel desempenhado pelo sujeito no processo de comunicação. Ficam excluídas, conforme Martellota (2008, p. 115),

as relações entre língua e sociedade, língua e cultura, língua e distribuição geográfica, língua e literatura ou qualquer outra relação que não seja absolutamente relacionada com a organização interna dos elementos que constituem o sistema linguístico.

No entanto, o processo de significação, de interação entre os indivíduos, não depende apenas do código, da utilização de um mesmo sistema linguístico, estruturado segundo um determinado léxico e uma determinada estrutura sintática. Está também atrelado a fatores situacionais, contextuais, pragmáticos e discursivos, que tornam a língua viva, heterogênea, atual e essencial para interação entre os seres humanos.

A linguagem em situação concreta de uso é considerada o ponto de partida de investigações que adotam pressupostos do chamado funcionalismo linguístico, corrente linguística ligada à Escola Linguística de Praga, que compreende a língua não como um fator isolado, mas a partir de situações reais de uso entre os interlocutores no processo de comunicação. Nessa perspectiva, segundo Neves (2001, p. 23)

não se considera que uma descrição da estrutura da sentença seja suficiente para determinar o som e o significado da expressão linguística, entendendo-se que a descrição completa precisa incluir inferência ao falante, ao ouvinte e a seus papéis e seu estatuto dentro da situação de interação determinada socio-culturalmente.

Assim, diferentemente das abordagens formais, que visam o estudo das propriedades internas das estruturas linguísticas produzidas pelos indivíduos, o funcionalismo linguístico considera a relação entre a língua e as diversas possibilidades de interação social, compreendendo a formação da gramática a partir de práticas sociais.

Castilho (2014) ressalta que o formalismo e o funcionalismo se estabelecem como duas grandes correntes que atravessam a reflexão linguística contemporânea, consolidando-se na linguística brasileira, ainda que os estudos funcionalistas sejam mais recentes.

Neves (2001) e Castilho (2014) apresentam quadros com as principais características dessas correntes linguísticas, com base nas concepções teóricas propostas por Dell Hymes e Dik. Neves (2001, p. 46), a partir dos sete questionamentos apontados por Dik, apresenta o seguinte quadro com as diferenças entre o formalismo e o funcionalismo:

	PARADIGMA FORMAL	PARADIGMA FUNCIONAL
Como definir a língua	Conjunto de orações.	Instrumento de interação social.
Principal função da língua	Expressão do pensamento.	Comunicação
Correlato psicológico	Competência: capacidade de produzir, interpretar e julgar orações.	Competência Comunicativa: habilidade de interagir socialmente com a língua.
O sistema e seu uso	O estudo da competência tem prioridade sobre o da atuação.	O estudo do sistema deve fazer-se dentro do quadro do uso.
Língua e contexto/situação	As orações da língua devem descrever-se independentemente do contexto/situação.	A descrição das expressões deve fornecer dados para a descrição de seu funcionamento num dado contexto.
Aquisição da linguagem	Faz-se com uso de propriedades inatas, com base em um <i>input</i> restrito e não-estruturado de dados.	Faz-se com a ajuda de um <i>input</i> extenso e estruturado de dados apresentado no contexto natural.
Universais linguísticos	Propriedades inatas do organismo humano.	Explicados em função de restrições: comunicativas; biológicas ou psicológicas; contextuais.
Relação entre a sintaxe, a semântica e a pragmática	A sintaxe é autônoma em relação à semântica; as duas são autônomas em relação à pragmática; as propriedades vão da sintaxe à pragmática, via semântica.	A pragmática é o quadro dentro do qual a semântica e a sintaxe devem ser estudadas; as prioridades vão da pragmática à sintaxe, via semântica.

Ampliando essa discussão, Castilho (2014, p. 68) destaca:

A gramática funcional procura correlacionar as classes, as relações e as funções com as situações em que elas foram geradas. [...] Esse ramo de estudos "desencapsulou" a língua de seus rígidos limites estruturalistas e gerativistas, estabelecendo correlações entre os fatos gramaticais e os dados da comunidade que os gerou. Pode-se dizer que a gramática funcional reage contra a 'pasteurização' da língua sustentada pela atitude formalista que postula a língua como uma atividade mental ou como um código.

Portanto, na perspectiva da gramática funcional, língua passa a ser compreendida como uma competência comunicativa, manifestada, por sua vez, "nos usos linguísticos, através dos quais comunicamos (...) conteúdos informativos, sentimentos pessoais e instruções que devem ser seguidas" (CASTILHO, 2012, p. 22). Seguindo esse propósito, notamos que os falantes, ao usarem os advérbios locativos, não somente os usam com as funções comumente descritas, mas com funções que só podem ser compreendidas se extrapolarmos os limites das sentenças em que ocorrem. Para abordar essa problemática, apresentamos a próxima seção.

3. *Funções do advérbio locativo em gramáticas normativas e descritivas*

O advérbio é descrito, nas gramáticas de orientação normativa (CUNHA; CINTRA, 1985; CEGALLA, 2008; BECHARA, 2009; LIMA 2011) como um elemento que tem a função principal de modificar o sentido do verbo (1a), do adjetivo (1b) e do próprio advérbio (1c), exercendo assim, na oração, a função sintática de adjunto adverbial. Cunha e Cintra (1985) e Bechara (2009), por sua vez, acrescentam que, além desses domínios restritos, o advérbio pode também atuar sobre um domínio mais amplo, por exemplo, a declaração inteira (1d):

(1)

- a. José escreve **BEM**.
- b. José é **MUITO** bom escritor.
- c. José escreve **MUITO** bem.
- d. **FELIZMENTE** José chegou.

Observa-se que em (1a) o advérbio *bem* faz referência ao verbo *escrever*, ou seja, tem como ponto central apresentar a forma, a maneira como José escreve, distinguindo-a das demais, por exemplo, como a de escrever *mal*. Em (1b), o advérbio *muito* tem como escopo o adjetivo *bom*, intensificando, assim, a característica de José enquanto ser um bom escritor: muito bom escritor é diferente de ser apenas um bom escritor. Como em (1b), o advérbio *muito* em (1c) também atua como intensificador, mas, agora, de um outro advérbio presente na sentença, *bem*; em outras palavras, o advérbio *muito* fortalece a maneira como José escreve bem. Diferentemente, em (1d), o advérbio não reporta ao valor lexical de uma palavra apenas, mas sim a uma sentença inteira – José chegou. Nesse caso, o advérbio é usado para exprimir um juízo pessoal a respeito da chegada de José.

No que diz respeito à forma do advérbio, além da forma simples, como vimos em (1), ele também pode ser representado pela chamada locução adverbial, geralmente formada de preposição + substantivo. Nesse caso, a preposição tem como finalidade preparar o substantivo para efetuar uma função que a princípio não lhe é própria. Vejamos alguns casos:

(2)

- a. Todos fizeram a prova **EM SILÊNCIO**.

- b. Ele queria, **SEM DÚVIDA**, conversar com você.

Nesses exemplos, observa-se que as expressões em destaque são formadas por preposição + substantivo, assumindo assim a função de advérbio, dando ideia de modo (2a) e de afirmação (2b).

Em suas gramáticas descritivas, Neves (2000) e Castilho (2014) procuraram abordar o advérbio numa perspectiva mais ampliada, refletindo, inclusive, sobre as limitações do tratamento que é dado a ele nas descrições tradicionais. Uma delas diz respeito aos domínios sintáticos em que os advérbios podem atuar. Neves, por exemplo, mostra que, além de atuar sobre um verbo, um adjetivo ou um advérbio (como está posto na tradição), pode também tomar como escopo um numeral (3a), um substantivo (3b), um pronome (3c), uma conjunção (3d). Aponta para o fato de que o mesmo pode se apresentar também como periférico em um enunciado, referindo-se a uma oração ou proposição (3e), e até se manifestando como periférico em um discurso, incidindo sobre todo o enunciado (3f) (Cf. NEVES, 2000, p. 234-235):

(3)

- a. América Latina, com os seus **duzentos milhões** de habitantes **APROXIMADAMENTE**, fazê-la adquirir maior relevo.
- b. Não diz bobagem. **Greve AGORA** não vai nada bem.
- c. E quem sabe se de tudo o que pudesse fazer, se entre todas as reações possíveis, não era **JUSTAMENTE isto** – ceder, pagar.
- d. Alguns inquéritos solicitados pelo Saps à polícia arrastam-se morosamente sem chegar à apuração policial dos crimes, **MUITO embora** as autoridades da mais alta hierarquia se empenhem nisso.
- e. **REALMENTE**, sentia fome.
- f. Assim igual colher de suas terras, ter uma vaca engordando com os seus capins. **AGORA**, todavia, se permanecesse no Surrão, só o faria pagando arrendamento.

Esse comportamento multifuncional do advérbio também é abordado por Ilari (2007), quando destaca que os critérios da tradição gramatical em relação ao advérbio são limitados, que se aplicam apenas a um pequeno número de exemplos. Sobre isso pontua:

o gramático defronta-se com inúmeros exemplos em que eles levam a classificações conflitantes; e às dificuldades da aplicação dos próprios critérios a gramática tradicional tem acrescentado as de um tratamento até certo ponto inconsequente, pelo hábito de enquadrar entre os advérbios uma quantidade enorme de palavras que, apenas em algumas ocorrências particulares e em alguns ambientes sintáticos, atendem àqueles critérios. Tratar do “advérbio” é,

antes de mais nada, tomar consciência desses equívocos, constatando a diversidade de emprego dessas expressões. (ILARI, 2007, p. 152).

Podemos exemplificar essa limitação com os chamados advérbios de lugar, que, como veremos a seguir, podem ser usados com valores e funções que não são de fato contemplados nas descrições normativas.

4. *Advérbios de lugar: advérbios circunstanciais? modificadores?*

Tradicionalmente, advérbios de tempo e de lugar são descritos como circunstanciais que tomam por escopo um verbo, transferindo-lhe a ideia de circunstância. Essa ideia, no entanto, é questionada por Neves (2000, p. 263), que salienta que esses advérbios ocupam um estatuto particular que não é levado em consideração pela gramática normativa:

se o advérbio se define como modificador do verbo (ou, ainda, do adjetivo e do advérbio), como ocorre tradicionalmente, os circunstanciais não pertencem à classe, já que nenhum advérbio de tempo ou de lugar realmente modifica o expreso no verbo. Por outro lado, se o advérbio se define como a palavra que indica circunstância, conforme também ocorre tradicionalmente, os circunstanciais são os advérbios por excelência.

No que se refere à condição própria dos advérbios de lugar, da mesma forma que os de tempo, a Ilari. Sobre os advérbios aspectuais.

A autora destaca que a sua condição não está subjugada à modificação/predicação de algum termo ou de uma sentença. Esses advérbios se manifestam como categorias dêiticas, as quais apresentam uma orientação espacial (lugar) e temporal (tempo) tendo como ponto de referência o locutor do enunciado, fixando assim o ponto de referência do evento de fala. O exemplo abaixo (4), apresentado por Neves (2000, p. 239), na seção *Advérbios não modificadores*, revela essa natureza dêitica do advérbio de lugar:

(4) a. Havia uma grande penumbra **LÁ DENTRO**.

Observa-se que o entendimento do advérbio *lá* e *dentro* não se centraliza apenas no sentido dessas palavras, sendo construído também a partir de uma concepção discursiva, devendo levar em consideração os falantes que fazem parte do processo de comunicação. Neste caso, a referência de lugar de *lá dentro* é construída a partir da perspectiva do emissor, de quem constrói o enunciado.

Assim como Neves, Castilho (2014) concebe os advérbios de lugar e de tempo como categorias dêiticas. Para o autor, o advérbio en-

quanto categoria dêitica depende essencialmente da situação discursiva e não “das propriedades intencionais à configuração das categorias de referenciação²⁶ e predicação” (CASTILHO, 2012, p. 123). Para exemplificar, apresenta, nessa mesma página, o seguinte exemplo:

(5) a. Seguinte, [...], agora sou eu **AQUI** e você **LÁ**, tá bom?

O autor alerta que os referentes dessas palavras se centram no discurso, portanto, só podem ser resgatados e compreendidos se considerarmos a situação da prática linguístico-social que envolve os interlocutores que fazem parte do processo de comunicação.

Para Castilho (2014, p. 578), o caráter dêitico dos advérbios o predispõe a desempenhar funções sintáticas que são assumidas normalmente por pronomes, como, por exemplo, a de sujeito e de complemento, já que “a dêixis é uma propriedade maiormente exemplificada pelos pronomes”:

(6)

a. Eu vou **DAQUI**, você vem **DE LÁ**, e vamos cercar esse frango. Caso contrário, necas de comida, e será preciso passar zíper na boca hoje.

b. **AQUI** é São Paulo, **LÁ** é Belo Horizonte.

c. **HOJE** é sexta-feira. **ONTEM** foi quinta, se não erro na data.

Em (6a), a referência dos advérbios *aqui* e *lá* é determinada pela situação discursiva, pela relação entre os interlocutores que fazem parte do discurso - falante e receptor - e o lugar que cada um ocupa, delineando assim o seu caráter de dêitico. Conforme Castilho, esses advérbios, acompanhados por preposição, desempenham o papel de complemento oblíquo dos verbos **IR** e **VIR**; já em (6b) e (6c), esses mesmos advérbios desempenham a função de sujeito equativo²⁷ do verbo **SER**.

Neves (2000; p. 260) também destaca outras funções que podem ser exercidas pelos advérbios locativos, como as que estão indicadas nos exemplos abaixo:

²⁶ De acordo com Castilho (2014), entende-se por verificadores os operadores que têm como função apresentar uma comparação implícita entre o escopo e seu protótipo, a qual manifesta uma afirmação, negação, focalização, inclusão ou exclusão do escopo.

²⁷ Castilho (2014, p. 672) define equativo “como o temo de uma sentença nucleada por ser, quando esse verbo associa dois sintagmas nominais, estabelecendo uma relação de equação entre eles. Na estrutura equativa, o primeiro termo é considerado como sujeito da sentença e o segundo, como termo equativo”.

(7)

- a. Havia o lago **PERTO** e para matar o tempo, todas as manhãs ia pescar lambaris naquelas águas barrentas. (BB)
- b. **Gostei** imensamente de **LÁ**. (RO)
- c. Portas **À DIREITA** e **À ESQUERDA**. (FAN)

Nota-se que na oração (7a) o advérbio *perto* desempenha a função de adjunto adverbial, acrescentando uma informação que se apresenta como opcional, em que a sua omissão não deixa a sentença, do ponto de vista sintático, incompleta. Diferentemente, em (7b) o advérbio de lugar *lá* se apresenta como complemento do verbo *gostei*, pois completa a informação manifestada pelo verbo, sendo obrigatório para a compreensão do enunciado. Vale frisar que a omissão do advérbio *lá* deixa a informação do enunciado incompleta, conduzindo o leitor a uma pergunta direcionada ao verbo (*gostei imensamente de quê? de lá*). Já em (7c), observa-se que os advérbios compostos *à direita* e *à esquerda* exercem a função de adjunto adnominal, especificando um substantivo, no caso “portas”, contribuindo para a construção do seu significado, especificando qual a porta.

Uma propriedade que também vale ser destacada envolve o posicionamento do advérbio numa oração: se início, interior ou final. Ilari *et al* (1991, p. 137) evidenciam que “o princípio geral que explica a colocação, aparentemente variadíssima, dos dêiticos-anafóricos deriva de sua natureza multifuncional, dependendo sua posição da função que o dêitico exerce no cotexto”. Podemos observar essa mobilidade nos exemplos apresentados em (6) e (7), onde eles exercem funções variadas: complemento verbal, sujeito, adjunto adverbial e adjunto adnominal.

Outro aspecto a ser considerado na análise dos locativos diz respeito à forma que eles podem ocorrer, pois, a depender da intenção comunicativa, o falante fará a seleção que julga necessária para legitimação do seu discurso. Essa questão pode ser observada nos exemplos coletados nos Jornais *Folha de São Paulo* e *A Tarde*:

(8)

- a. Homem sobrevive por 8 dias após cair **EM REDE DE ESGOTO**. (JORNAL A TARDE, 26/08/2015, p. A7)
- b. Petistas lançam carta **NAS REDES SOCIAIS** em apoio a José Dirceu. (JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 29/08/2015, p. A10)
- c. Maior furto a banco **NA HISTÓRIA DO PAÍS** completa dez anos na

Recorrendo a formas compostas, o falante-emissor concede várias informações ao receptor, deixando o texto mais claro e de acordo com sua intenção, ou seja, o que realmente pretende destacar. Observa-se que em (8a) a escolha pela construção composta (em rede de esgoto) reside na precisão do local que o emissor pretende sinalizar e, conseqüentemente, a pouca probabilidade de uma pessoa sobreviver neste lugar por vários dias. Em (8b) o uso da forma composta (nas redes sociais) pode estar atrelado aos vários tipos de redes sociais presentes na sociedade tecnológica, deixando o texto mais conciso e mais informativo, considerando assim o tipo de rede social utilizado pelo leitor. Já em (8c) a locução “na história do país” confere a importância da notícia divulgada no jornal: não foi um furto qualquer, logo, também, não será uma notícia sem importância, subtendendo que, nessa notícia, o leitor encontrará as estratégias utilizadas no furto, bem como o valor. Em todos os enunciados, o advérbio em sua forma composta se constitui como um recurso para chamar a atenção do leitor para a leitura completa do texto. Assim sendo, o advérbio, em especial o locativo, deixa de ser visto como um termo acessório, ganhando papel de destaque para a construção semântica do texto.

Constata-se que conhecer os advérbios apenas na função de modificadores de um verbo ou como intensificadores de um adjetivo ou outro advérbio é atribuir-lhes uma função simplista, que não abarca os seus vários usos nas práticas sociais de comunicação, seja oral ou escrita. Os advérbios de lugar apresentam-se como multifuncionais, e a cada dia novos usos vão surgindo, agregando-se aos já existentes.

É válido salientar que essa multifuncionalidade do advérbio só pode ser apreendida se levarmos em consideração a conjunção de propriedades linguísticas com propriedades discursivas, por exemplo, as intenções comunicativas e o papel dos interlocutores. Reconhecer essa necessidade é o primeiro passo para fornecer descrições mais sistemáticas sobre o comportamento de advérbios da língua portuguesa.

5. Considerações finais

Estudos que consideram situações concretas de uso de uma língua evidenciam que os falantes, por necessidades comunicativas, recorrem a formas já existentes e atribuem novas funções, novas regras. São mudan-

ças que podem ocorrer nos diferentes níveis de análise de uma língua, como o fonético-fonológico, o morfológico, o sintático e o semântico. Os autores que adotam a linguística funcional como aporte teórico em suas investigações salientam a importância de compreender que a linguagem não se estabelece como um fenômeno isolado, mas está atrelada a vários propósitos do homem, em que a interação verbal se constitui um deles.

No que tange ao ensino-aprendizagem da língua portuguesa, Oliveira e Cesário (2007, p. 94-95) salientam que, cabe ao professor

ir além do tratamento do tradicional, fundamentado na concepção aristotélica, segundo a qual as classes gramaticais apresentam-se discretas, estáticas, absolutas e bem definidas, com contornos nítidos e sem hierarquização de seus constituintes, tal como quando lidamos, por exemplo, com substantivo, verbo, adjetivo, pronome, entre outros, como conjuntos fechados, sem interseções, sem difusões. De outro modo, é preciso considerar essas classes em seu *continuum*, no entendimento de que cada qual constitui um conjunto irregular, relativo e impreciso, dinamicamente organizado, cujos traços constitutivos não são partilhados igualmente por todos os seus membros.

A análise de advérbios locativos, em situações concretas de uso, mostra que essa classe gramatical, diferente do que proposto pelas gramáticas de orientação normativa, desempenha comportamento sintático-semântico bastante singular, confirmando, dessa forma, o caráter heterogêneo e dinâmico da língua.

Assim, estudar os advérbios apenas pela descrição que as gramáticas normativas costumam apresentar é atribuir-lhes uma função muito limitada, pois, ao verificarmos os verdadeiros usos nas práticas sociais de comunicação, seja oral ou escrita, percebemos que eles ostentam propriedades que vão além daquelas estabelecidas. Os advérbios de lugar, particularmente, têm um estatuto particular que a tradição gramatical não costuma avaliar: eles não são modificadores e apresentam um comportamento morfossintático-semântico bastante variado: podem ser representados por formas simples e compostas, ocorrer em diferentes lugares de uma sentença e apresentar diferentes funções sintáticas e diferentes valores semânticos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CASTILHO, A. T. *Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro*.

In: SOUZA, EDSON et. al. *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 17-42.

_____. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2014.

CUNHA, Celso; CINTRA, Luiz Felipe. *Nova gramática do português contemporâneo*. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ILARI, Rodolfo et al. Considerações sobre a posição dos advérbios. In.: CASTILHO, Ataliba Teixeira de. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. I: A ordem. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1991, p. 63-141.

ILARI, Rodolfo. Sobre os advérbios aspectuais. In: _____. (Org.). *Gramática do português falado*. 3. ed. Campinas: UNICAMP, 1996, p. 151-192.

_____. A categoria advérbio na gramática do português falado. *Alfa*, São Paulo, 51, p. 151-174, 2007.

LIMA, Carlos Henrique da Rocha. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

NEVES, M. H. M. Os advérbios circunstanciais (de lugar e de tempo). In: ILARI, R. (Org.). *Gramática do português falado*, vol. II: Níveis de análise linguística. Campinas: UNICAMP, 1993, p. 249-284.

_____. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Unesp, 2000.

_____. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins, 2001.

OLIVEIRA, Mariangela Rios de; CEZÁRIO, Maria Maura. PCN à luz do funcionalismo linguístico. *Linguagem & Ensino*, vol. 10, n. 1, p. 87-108, jan./jun. 2007.

PERINI, Mário Alberto. *Gramática descritiva do português*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. 27. ed. Trad.: Antonio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006.